

Monitoramento dos casos de dengue, febre de chikungunya e febre pelo vírus Zika até a Semana Epidemiológica 33, 2017

Introdução

Dengue, febre de Chikungunya e febre pelo vírus Zika são doenças de notificação compulsória, e estão presentes na Lista Nacional de Notificação Compulsória de Doenças, Agravos e Eventos de Saúde Pública, sendo que a febre pelo vírus Zika foi acrescentada a essa lista apenas pela Portaria nº 204, de 17 de fevereiro de 2016, do Ministério da Saúde.

Este boletim apresenta os dados de 2017, até a Semana Epidemiológica (SE) 33 (1/1/2017 a 19/08/2017), comparando igual período do ano de 2016. Estão apresentados o número de casos, número de óbitos e o coeficiente de incidência, calculado utilizando-se o número de casos novos prováveis dividido pela população de determinada área geográfica, e expresso por 100 mil habitantes. Para dengue e febre de chikungunya também são apresentados os dados de 2015.

Os “casos prováveis” são os casos notificados, excluindo-se os descartados, por diagnóstico laboratorial negativo, com coleta oportuna ou diagnosticados para outras doenças. Os casos de dengue grave, dengue com sinais de alarme e óbitos por dengue, chikungunya e Zika informados foram confirmados por critério laboratorial ou clínico-epidemiológico.

Todos os dados deste boletim são provisórios e podem ser alterados no sistema de notificação pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde. Isso pode ocasionar diferenças nos números de uma semana epidemiológica para outra.

Os municípios são comparados utilizando-se estratos populacionais distribuídos da seguinte forma: menos de 100 mil habitantes; de 100 a 499 mil; de 500 a 999 mil; e acima de 1 milhão de habitantes.

Os dados de dengue e chikungunya estão no Sistema de Informação de Agravos de

Notificação – *Online* (Sinan *Online*) e de Zika, do Sinan-Net. Os dados de população dos anos de 2015 e 2016 foram estimados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para o ano de 2017, foram utilizadas as estimativas populacionais de 2016.

Dengue

Em 2016, SE 1 a SE 52, foram registrados 1.483.623 casos prováveis de dengue, e em 2015, 1.688.688 (Figura 1). Em 2017, até a SE 33 (1/1/2017 a 19/08/2017), foram registrados 214.990 casos prováveis de dengue no país (Tabela 1), com uma incidência de 104,3 casos/100 mil hab., e outros 175.990 casos suspeitos foram descartados.

Em 2017, até a SE 33, a região Nordeste apresentou o maior número de casos prováveis (80.447 casos; 37,4%) em relação ao total do país. Em seguida aparecem as regiões Centro-Oeste (64.370 casos; 29,9%), Sudeste (47.290 casos; 22,0%), Norte (20.428 casos; 9,5%) e Sul (2.455 casos; 1,1%) (Tabela 1).

A análise da taxa de incidência de casos prováveis de dengue (número de casos/100 mil hab.), em 2017, até a SE 33, segundo regiões geográficas, evidencia que as regiões Centro-Oeste e Nordeste apresentam as maiores taxas de incidência: 411,0 casos/100 mil hab. e 141,3 casos/100 mil hab., respectivamente. Entre as Unidades da Federação (UFs), destacam-se Goiás (775,4 casos/100 mil hab.), Ceará (486,8 casos/100 mil hab.) e Tocantins (349,3 casos/100 mil hab.) (Tabela 1).

Entre os municípios com as maiores incidências de casos prováveis de dengue registradas em julho, segundo estrato populacional (menos de 100 mil habitantes, de 100 a 499 mil, de 500 a 999 mil e acima de 1 milhão de habitantes), destacam-se: Palestina de Goiás/GO, com 456,2 casos/100 mil hab.; Trindade/GO, com 98,0 casos/100 mil hab.; Aparecida de Goiânia/GO, com 76,7 casos/100 mil hab.; e Goiânia/GO, com 20,4 casos/100 mil hab., respectivamente (Tabela 2).

Casos graves e óbitos de dengue

Em 2017, até a SE 33, foram confirmados 169 casos de dengue grave e 1.821 casos de dengue com sinais de alarme. No mesmo período de 2016, foram confirmados 881 casos de dengue grave e 8.567 casos de dengue com sinais de alarme (Tabela 3). Em 2017, até a SE 33, observou-se que a região Centro-Oeste apresentou o maior número de casos confirmados de dengue grave e de dengue com sinais de alarme, com 79 e 1.228 casos, respectivamente (Tabela 3).

Foram confirmados 83 óbitos por dengue até a SE 33 de 2017. No mesmo período de 2016, foram confirmados 675 óbitos (Tabela 3). Existem ainda, em 2017, 209 casos de dengue grave ou dengue com sinais de alarme e 222 óbitos em investigação que podem ser confirmados ou descartados (dados não apresentados nas tabelas).

Febre de chikungunya

Em 2016, SE 1 a SE 52, foram registrados 277.882 casos prováveis de febre de chikungunya, e em 2015, 20.901 (Figura 2). Em 2017, até a SE 33 (1/1/2017 a 19/08/2017), foram registrados 167.813 casos prováveis de febre de chikungunya no país (Tabela 4), com uma incidência de 81,4 casos/100 mil hab., destes, 112.963 (67,3%) foram confirmados e outros 33.066 casos suspeitos foram descartados – dados não apresentados em tabelas.

Em 2017, até a SE 33, a região Nordeste apresentou o maior número de casos prováveis (127.264 casos; 75,8%) em relação ao total do país.

Em seguida aparecem as regiões Sudeste (22.807 casos; 13,6%), Norte (14.464 casos; 8,6%), Centro-Oeste (3.006 casos; 1,8%) e Sul (272 casos; 0,2%) (Tabela 4).

A análise da taxa de incidência de casos prováveis de febre de chikungunya (número de casos/100 mil hab.), em 2017, até a SE 33, segundo regiões geográficas, evidencia que a região Nordeste apresenta a maior taxa de incidência: 223,6 casos/100 mil hab. Entre as Unidades da Federação (UFs), destacam-se Ceará (1.158,0 casos/100 mil hab.) e Roraima (635,1 casos/100 mil hab.) (Tabela 4).

Entre os municípios com as maiores incidências de chikungunya registradas em julho, segundo estrato populacional (menos de 100 mil habitantes, de 100 a 499 mil, de 500 a 999 mil e acima de 1 milhão de habitantes), destacam-se: Chaval/CE, com 943,5 casos/100 mil hab.; Boa Vista/RR, com 252,1 casos/100 mil hab.; Teresina/PI, com 12,9 casos/100 mil hab.; e Fortaleza/CE, com 32,4 casos/100 mil hab., respectivamente (Tabela 5).

Óbitos de chikungunya

Em 2017, até a SE 33, foram confirmados laboratorialmente 86 óbitos por chikungunya, sendo que o maior número destes ocorreu nos meses de abril (n=25; 29,1%) e maio (n=29; 33,7%) (Figura 3). No mesmo período de 2016, foram confirmados 201 óbitos. Em 2016, até a SE 33, existiam 143 óbitos em investigação. No mesmo período de 2017 existem ainda 168 óbitos

© 1969. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Comitê Editorial

Adelson Loureiro Cavalcante, Sônia Maria Feitosa Brito, Adele Schwartz Benzaken, Daniela Buosi Rohlfs, Elisete Duarte, Geraldo da Silva Ferreira, João Paulo Toledo, Márcia Beatriz Dieckmann Turcato, Maria de Fátima Marinho de Souza, Maria Terezinha Villela de Almeida.

Equipe Editorial

Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviço/SVS/MS: Dalcy de Oliveira Albuquerque Filho e Divino Valero Martins (Editores Científicos), Alessandra Viana Cardoso e Lúcia Rolim Santana de Freitas (Editoras Assistentes).

Colaboradores

Coordenação Geral dos Programas Nacionais de Controle e Prevenção da Malária e das Doenças Transmitidas pelo Aedes/DEVIT/SVS/MS: Anderson Coutinho da Silva, Cibelle Mendes Cabral, Geovani San Miguel Nascimento, Isabela Ornelas Pereira, Juliane Maria Alves Siqueira Malta, Sulamita Brandão Barbiratto e Virginia Wachira.

Normalização

Ana Flávia Lucas de Faria Kama (CGDEP/SVS)

Projeto gráfico e distribuição eletrônica

Núcleo de Comunicação/SVS

Diagramação

Thaís Abreu Oliveira (CGDEP/SVS)

Revisão de texto

Maria Irene Lima Mariano (CGDEP/SVS)

em investigação que podem ser confirmados ou descartados (Tabela 6).

Febre pelo vírus Zika

Em 2016, SE 1 a SE 52, foram registrados 216.207 casos prováveis de febre pelo vírus Zika no país (Figura 4). Foram confirmados laboratorialmente 8 óbitos por vírus Zika – no Rio de Janeiro (4), no Espírito Santo (2), no Maranhão (1) e na Paraíba (1).

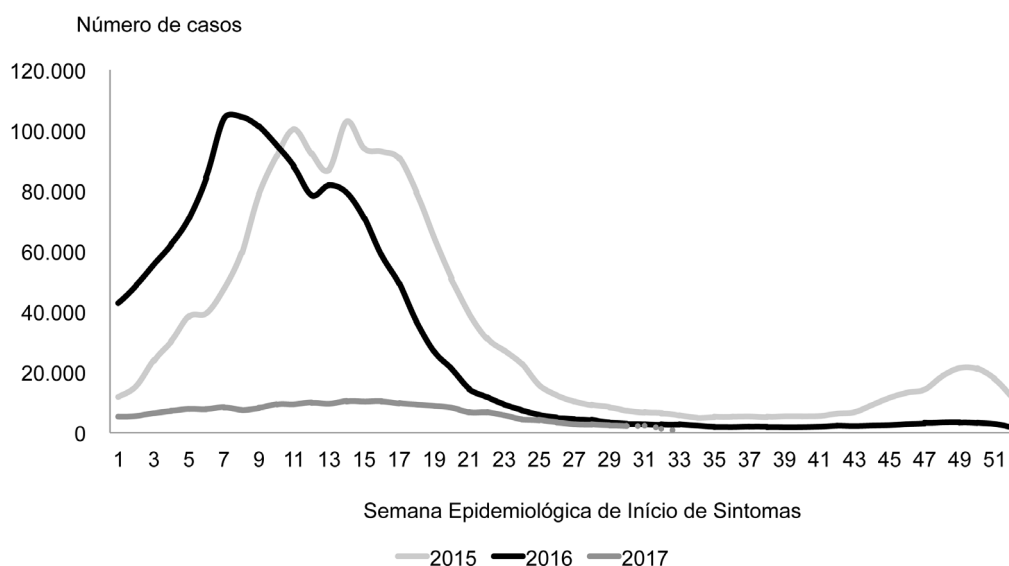
Em 2017, até a SE 33, foram registrados 15.518 casos prováveis de febre pelo vírus Zika no país (Tabela 7), com taxa de incidência de 7,5 casos/100 mil hab.; destes, 6.587 (42,4%) foram confirmados. A análise da taxa de incidência de casos prováveis de Zika (número de casos/100 mil hab.), segundo regiões geográficas, demonstra que as regiões Centro-Oeste e Norte apresentam as maiores

taxas de incidência: 35,6 casos/100 mil hab. e 13,8 casos/100 mil hab., respectivamente. Entre as UFs, destacam-se Tocantins (62,4 casos/100 mil hab.), Mato Grosso (59,4 casos/100 mil hab.) e Goiás (52,4 casos/100 mil hab.) (Tabela 7).

Em 2017, até a SE 33, não foi confirmado laboratorialmente nenhum óbito por Zika vírus.

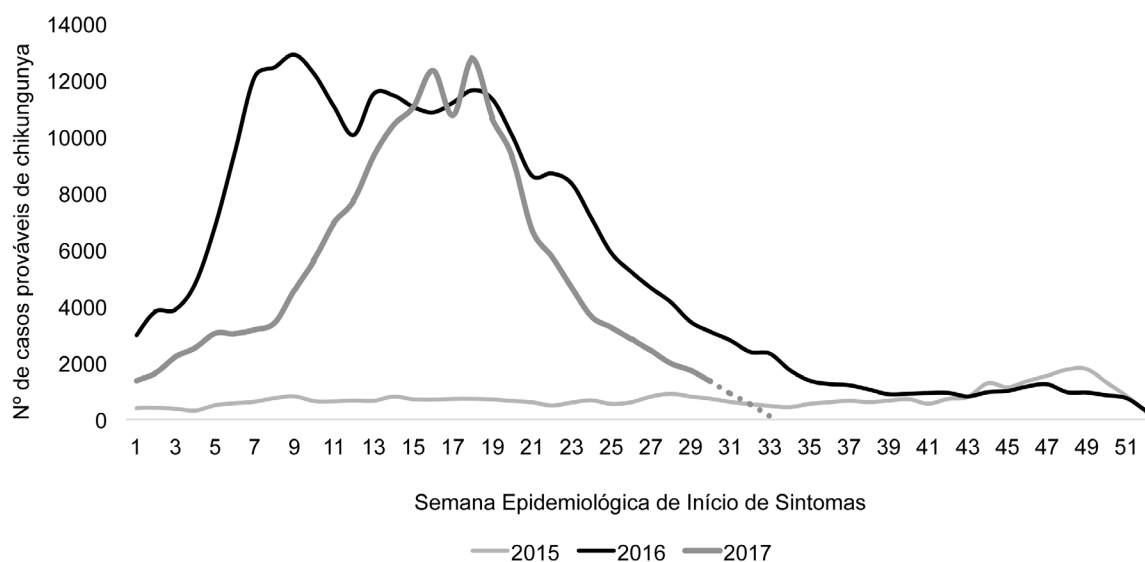
Em relação às gestantes, foram registrados 2.130 casos prováveis, sendo 708 confirmados por critério clínico-epidemiológico ou laboratorial, segundo dados do Sinan-NET (dados não apresentados nas tabelas).

Ressalta-se que os óbitos em recém-nascidos, natimortos, abortamento ou feto, resultantes de microcefalia possivelmente associada ao vírus Zika, são acompanhados pelo Boletim Epidemiológico sobre o Monitoramento dos Casos de Microcefalia no Brasil.



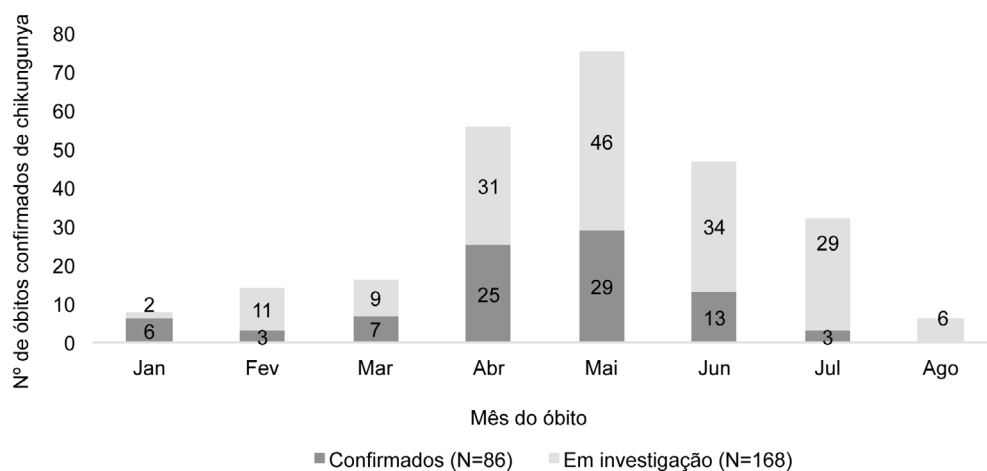
Fonte: Sinan Online (banco de 2015 atualizado em 27/09/2016; de 2016, em 06/07/2017; e de 2017, em 21/08/2017).
Dados sujeitos a alteração.

Figura 1 – Casos prováveis de dengue, por semana epidemiológica de início de sintomas, Brasil, 2015, 2016 e 2017



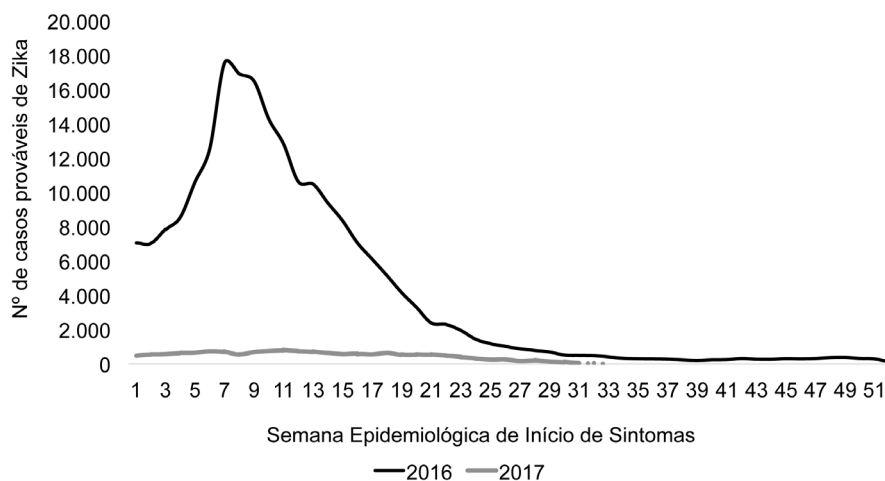
Fonte: Sinan NET (banco de 2015 atualizado em 18/10/2016; de 2016, em 23/06/2017); Sinan Online (banco de 2017 atualizado em 21/08/2017).
Dados sujeitos a alteração.

Figura 2 – Casos prováveis de febre de chikungunya, por semana epidemiológica de início de sintomas, Brasil, 2015, 2016 e 2017



Fonte: Sinan Online (atualizado em 21/08/2017).
Dados sujeitos a alteração.

Figura 3 – Óbitos em investigação e confirmados por febre de chikungunya, por mês de ocorrência do óbito, Brasil, 2017



Fonte: Sinan NET (banco de 2016 atualizado em 23/06/2017; de 2017, em 18/08/2017).
Dados sujeitos a alteração.

Figura 4 – Casos prováveis de febre pelo vírus Zika, por semana epidemiológica de início de sintomas, Brasil, 2016 e 2017

Tabela 1 – Número de casos prováveis e incidência de dengue (/100mil hab.), até a Semana Epidemiológica 33, por região e Unidade da Federação, Brasil, 2016 e 2017

Região/Unidade da Federação	Casos (n)		Incidência (/100 mil hab.)	
	2016	2017	2016	2017
Norte	33.752	20.428	190,6	115,4
Rondônia	6.916	2.185	387,0	122,3
Acre	1.912	1.284	234,1	157,2
Amazonas	6.687	3.272	167,1	81,8
Roraima	144	683	28,0	132,8
Pará	9.385	6.887	113,4	83,2
Amapá	1.523	762	194,7	97,4
Tocantins	7.185	5.355	468,7	349,3
Nordeste	301.661	80.447	530,0	141,3
Maranhão	23.037	6.251	331,3	89,9
Piauí	4.816	4.265	149,9	132,8
Ceará	43.663	43.636	487,1	486,8
Rio Grande do Norte	55.346	5.100	1.592,7	146,8
Paraíba	34.895	2.420	872,5	60,5
Pernambuco	57.259	7.431	608,5	79,0
Alagoas	16.938	2.347	504,3	69,9
Sergipe	2.979	503	131,5	22,2
Bahia	62.728	8.494	410,6	55,6
Sudeste	834.956	47.290	966,9	54,8
Minas Gerais	518.445	25.484	2.469,1	121,4
Espírito Santo	39.287	5.876	988,7	147,9
Rio de Janeiro	82.621	8.764	496,6	52,7
São Paulo	194.603	7.166	434,9	16,0
Sul	68.815	2.455	233,7	8,3
Paraná	60.844	2.117	541,2	18,8
Santa Catarina	4.932	196	71,4	2,8
Rio Grande do Sul	3.039	142	26,9	1,3
Centro-Oeste	198.722	64.370	1.268,9	411,0
Mato Grosso do Sul	44.792	1.338	1.669,9	49,9
Mato Grosso	18.236	7.424	551,7	224,6
Goiás	118.419	51.918	1.768,5	775,4
Distrito Federal	17.275	3.690	580,2	123,9
Brasil	1.437.906	214.990	697,7	104,3

Fonte: Sinan Online (banco de 2016 atualizado em 06/07/2017; de 2017, em 21/08/2017).
Dados sujeitos a alteração.

Tabela 2 – Municípios com as maiores incidências de casos prováveis de dengue em julho, por estrato populacional, até a Semana Epidemiológica 33, Brasil, 2017

Estrato populacional	Município/Unidade da Federação	Incidência (/100 mil hab.)				Casos acumulados (SE 1 a 33)	Incidência acumulada (/100 mil hab.)
		Janeiro a Março	Abril a Junho	Julho	Agosto		
População <100 mil hab. (5.261 municípios)	Palestina de Goiás/GO	85,5	912,5	456,2	171,1	57	1.625,3
	Buriti dos Montes/PI	37,9	37,9	429,9	0,0	40	505,8
	Granjeiro/CE	0,0	897,1	426,1	22,4	60	1.345,6
	São João do Arraial/PI	0,0	294,7	358,8	0,0	51	653,5
	Aparecida do Rio Negro/TO	278,3	278,3	278,3	278,3	52	1.113,0
População de 100 a 499 mil hab. (268 municípios)	Trindade/GO	381,1	878,7	98,0	4,2	1.626	1.362,0
	Maranguape/CE	43,2	210,3	68,8	12,8	419	335,0
	Boa Vista/RR	14,1	88,5	66,5	8,0	578	177,1
	Águas Lindas de Goiás/GO	338,9	416,2	52,7	8,9	1.564	816,7
	Coronel Fabriciano/MG	228,5	392,3	50,1	10,0	748	680,9
População de 500 a 999 mil hab. (24 municípios)	Aparecida de Goiânia/GO	724,3	823,9	76,7	12,4	8.712	1.637,2
	João Pessoa/PB	78,2	90,8	19,7	10,7	1.599	199,4
	Cuiabá/MT	289,6	190,3	14,7	0,5	2.898	495,1
	Londrina/PR	4,0	4,0	13,9	9,6	174	31,4
	Jaboatão dos Guararapes/PE	29,2	56,0	13,5	13,0	772	111,7
População >1 milhão hab. (17 municípios)	Goiânia/GO	700,0	813,4	20,4	5,5	22.299	1.539,3
	Fortaleza/CE	365,8	494,4	9,8	3,0	22.783	873,0
	São Gonçalo/RJ	69,6	75,9	7,9	0,5	1.606	153,8
	Manaus/AM	51,9	36,7	7,4	5,3	2.120	101,2
	Salvador/BA	16,4	19,7	6,7	3,0	1.346	45,8

Fonte: Sinan Online (atualizado em 21/08/2017).
Dados sujeitos a alteração.

Tabela 3 – Número de casos graves, com sinais de alarme e óbitos por dengue confirmados, até a Semana Epidemiológica 33, por região e Unidade da Federação, Brasil, 2016 e 2017

Região/Unidade da Federação	Semana Epidemiológica 1 a 33					
	Casos confirmados				Óbitos confirmados	
	2016		2017		2016	2017
	Dengue com sinais de alarme	Dengue grave	Dengue com sinais de alarme	Dengue grave		
Norte	90	11	121	7	5	4
Rondônia	14	5	1	3	3	0
Acre	0	0	0	0	0	0
Amazonas	8	2	11	2	1	1
Roraima	2	0	1	0	0	0
Pará	35	2	7	1	0	0
Amapá	16	2	7	1	1	1
Tocantins	15	0	94	0	0	2
Nordeste	385	98	174	43	110	18
Maranhão	31	9	30	9	10	4
Piauí	7	5	7	2	1	0
Ceará	163	44	83	14	29	10
Rio Grande do Norte	45	13	6	2	23	0
Paraíba	51	6	5	3	8	0
Pernambuco	59	7	25	9	24	3
Alagoas	14	8	5	2	7	1
Sergipe	1	1	1	0	1	0
Bahia	14	5	12	2	7	0
Sudeste	3.755	451	293	39	401	25
Minas Gerais	1.886	269	103	17	258	13
Espírito Santo	361	44	76	9	19	4
Rio de Janeiro	378	23	70	4	15	4
São Paulo	1.130	115	44	9	109	4
Sul	620	127	5	1	66	0
Paraná	525	118	5	0	63	0
Santa Catarina	61	2	0	0	2	0
Rio Grande do Sul	34	7	0	1	1	0
Centro-Oeste	3.717	194	1.228	79	93	36
Mato Grosso do Sul	280	16	23	1	17	3
Mato Grosso	15	7	14	3	5	3
Goiás	2.972	132	1.116	62	49	22
Distrito Federal	450	39	75	13	22	8
Brasil	8.567	881	1.821	169	675	83

Fonte: Sinan Online (banco de 2016 atualizado em 06/07/2017; de 2017, em 21/08/2017).
Dados sujeitos a alteração.

Tabela 4 – Número de casos prováveis e incidência de febre de chikungunya (/100 mil hab.), até a Semana Epidemiológica 33, por região e Unidade da Federação, Brasil, 2016 e 2017

Região/Unidade da Federação	Casos (n)		Incidência (/100 mil hab.)	
	2016	2017	2016	2017
Norte	6.183	14.464	34,9	81,7
Rondônia	652	195	36,5	10,9
Acre	304	87	37,2	10,7
Amazonas	672	242	16,8	6,0
Roraima	120	3.266	23,3	635,1
Pará	2.605	7.266	31,5	87,8
Amapá	650	155	83,1	19,8
Tocantins	1.180	3.253	77,0	212,2
Nordeste	226.197	127.264	397,4	223,6
Maranhão	13.512	5.700	194,3	82,0
Piauí	2.639	4.444	82,2	138,3
Ceará	42.046	103.801	469,1	1.158,0
Rio Grande do Norte	24.104	1.479	693,6	42,6
Paraíba	19.834	1.163	495,9	29,1
Pernambuco	48.302	1.804	513,3	19,2
Alagoas	17.435	440	519,1	13,1
Sergipe	8.562	297	377,9	13,1
Bahia	49.763	8.136	325,7	53,3
Sudeste	23.030	22.807	26,7	26,4
Minas Gerais	1.302	17.984	6,2	85,6
Espírito Santo	348	726	8,8	18,3
Rio de Janeiro	17.654	3.333	106,1	20,0
São Paulo	3.726	764	8,3	1,7
Sul	1.440	272	4,9	0,9
Paraná	806	155	7,2	1,4
Santa Catarina	432	61	6,3	0,9
Rio Grande do Sul	202	56	1,8	0,5
Centro-Oeste	1.666	3.006	10,6	19,2
Mato Grosso do Sul	233	60	8,7	2,2
Mato Grosso	507	2.621	15,3	79,3
Goiás	412	222	6,2	3,3
Distrito Federal	514	103	17,3	3,5
Brasil	258.516	167.813	125,4	81,4

Fonte: Sinan NET (banco de 2015 atualizado em 18/10/2016; de 2016, em 23/06/2017); Sinan Online (banco de 2017 atualizado em 21/08/2017).
Dados sujeitos a alteração.

Tabela 5 – Municípios com as maiores incidências de casos prováveis de chikungunya em julho, por estrato populacional, até a Semana Epidemiológica 33, Brasil, 2017

Estrato populacional	Município/Unidade da Federação	Incidência (/100 mil hab.)				Casos acumulados (SE 1 a 33)	Incidência acumulada (/100 mil hab.)
		Janeiro a Março	Abril a Junho	Julho	Agosto		
População <100 mil hab. (5.261 municípios)	Chaval/CE	7,7	750,1	943,5	61,9	228	1.763,2
	São Raimundo Nonato/PI	2,9	953,9	638,9	103,0	577	1.698,8
	Cajueiro da Praia/PI	0,0	1.109,2	574,6	26,7	128	1.710,5
	Palhano/CE	10,8	756,9	562,3	129,8	135	1.459,8
	Jaguaribara/CE	17,9	125,0	410,7	357,1	102	910,7
População de 100 a 499 mil hab. (268 municípios)	Boa Vista/RR	95,0	515,9	252,1	33,7	2.927	896,7
	Eunápolis/BA	441,9	980,1	193,4	15,8	1.864	1.631,2
	Coronel Fabriciano/MG	26,4	294,9	114,7	20,0	501	456,0
	Itapipoca/CE	34,1	888,8	101,4	25,3	1.325	1.049,6
	Maranguape/CE	205,5	1.170,7	77,6	20,0	1.843	1.473,7
População de 500 a 999 mil hab. (24 municípios)	Teresina/PI	38,2	184,9	12,9	1,1	2.009	237,1
	João Pessoa/PB	22,1	30,7	6,2	1,7	487	60,7
	Jaboatão dos Guararapes/PE	4,2	10,7	4,1	3,2	153	22,1
	Natal/RN	25,9	26,1	2,5	1,1	488	55,6
	Ananindeua/PA	9,2	6,1	2,0	0,8	92	18,0
População >1 milhão hab. (17 municípios)	Fortaleza/CE	439,9	1.648,5	32,4	4,8	55.471	2.125,6
	Belém/PA	18,3	29,8	4,7	0,8	775	53,6
	São Gonçalo/RJ	9,4	12,5	3,8	0,5	273	26,1
	São Luís/MA	13,3	9,3	1,9	0,2	268	24,7
	Maceió/AL	12,5	7,6	1,7	0,4	227	22,2

Fonte: Sinan Online (atualizado em 21/08/2017).
Dados sujeitos a alteração.

Tabela 6 – Óbitos por chikungunya confirmados e em investigação, até a Semana Epidemiológica 33, por região e Unidade da Federação, Brasil, 2016 e 2017

Região/Unidade da Federação	Semana Epidemiológica 1 a 33			
	Óbitos por chikungunya			
	Confirmados		Em investigação	
	2016	2017	2016	2017
Norte	0	5	1	5
Rondônia	0	0	0	0
Acre	0	0	0	0
Amazonas	0	0	0	0
Roraima	0	0	0	3
Pará	0	4	1	2
Amapá	0	0	0	0
Tocantins	0	1	0	0
Nordeste	185	72	140	139
Maranhão	11	0	1	1
Piauí	1	1	0	0
Ceará	32	70	2	90
Rio Grande do Norte	39	0	2	9
Paraíba	36	0	10	1
Pernambuco	55	0	122	37
Alagoas	10	0	3	1
Sergipe	0	0	0	0
Bahia	1	1	0	0
Sudeste	14	8	2	22
Minas Gerais	0	6	0	16
Espírito Santo	0	0	2	5
Rio de Janeiro	14	1	0	0
São Paulo	0	1	0	1
Sul	0	0	0	0
Paraná	0	0	0	0
Santa Catarina	0	0	0	0
Rio Grande do Sul	0	0	0	0
Centro-Oeste	2	1	0	2
Mato Grosso do Sul	0	0	0	0
Mato Grosso	0	1	0	0
Goiás	1	0	0	1
Distrito Federal	1	0	0	1
Brasil	201	86	143	168

Fonte: Sinan NET (banco de 2016 atualizado em 23/06/2017); Sinan Online (banco de 2017 atualizado em 21/08/2017).
Dados sujeitos a alteração.

Tabela 7 – Número de casos prováveis e incidência de febre pelo vírus Zika, por região e Unidade da Federação, até a Semana Epidemiológica 33, Brasil, 2016 e 2017

Região/Unidade da Federação	Casos (n)		Incidência (/100 mil hab.)	
	2016	2017	2016	2017
Norte	12.072	2.438	68,2	13,8
Rondônia	846	171	47,3	9,6
Acre	74	32	9,1	3,9
Amazonas	4.341	383	108,5	9,6
Roraima	113	236	22,0	45,9
Pará	4.320	650	52,2	7,9
Amapá	306	9	39,1	1,2
Tocantins	2.072	957	135,2	62,4
Nordeste	72.972	4.562	128,2	8,0
Maranhão	4.498	481	64,7	6,9
Piauí	223	157	6,9	4,9
Ceará	4.012	1.537	44,8	17,1
Rio Grande do Norte	3.525	259	101,4	7,5
Paraíba	3.710	94	92,8	2,4
Pernambuco	420	50	4,5	0,5
Alagoas	6.679	149	198,8	4,4
Sergipe	210	11	9,3	0,5
Bahia	49.695	1.824	325,3	11,9
Sudeste	91.340	2.878	105,8	3,3
Minas Gerais	13.716	780	65,3	3,7
Espírito Santo	2.241	301	56,4	7,6
Rio de Janeiro	70.387	1.458	423,1	8,8
São Paulo	4.996	339	11,2	0,8
Sul	821	71	2,8	0,2
Paraná	605	44	5,4	0,4
Santa Catarina	62	13	0,9	0,2
Rio Grande do Sul	154	14	1,4	0,1
Centro-Oeste	33.661	5.569	214,9	35,6
Mato Grosso do Sul	1.689	49	63,0	1,8
Mato Grosso	21.473	1.963	649,6	59,4
Goiás	10.169	3.509	151,9	52,4
Distrito Federal	330	48	11,1	1,6
Brasil	210.866	15.518	102,3	7,5

Fonte: Sinan NET (banco de 2016 atualizado em 23/06/2017; de 2017, em 18/08/2017).
Dados sujeitos a alteração.

Atividades desenvolvidas pelo Ministério da Saúde

1. Distribuição, aos estados e municípios, de insumos estratégicos, como inseticidas e kits para diagnóstico.
2. Repasse, no Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS) do Componente de Vigilância em Saúde, de recurso financeiro no valor de R\$ 152.103.611,63 em duas parcelas, para implementação de ações contingenciais de prevenção e controle do vetor *Aedes aegypti* (Portaria no 3.129, de 28 de dezembro de 2016).
3. Elaboração e disponibilização do curso virtual “Zika: abordagem clínica na Atenção Básica”.
4. Elaboração da 2ª. edição do Guia de Manejo Clínico de Chikungunya.
5. Elaboração do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas de Chikungunya.
6. Participação na atualização dos seguintes cursos de Educação a Distância (EAD): Zika; Combate vetorial ao *Aedes aegypti*; Dengue; Manejo clínico de chikungunya.
7. Participação da Rede Nacional de Especialistas em Zika e Doenças Correlatas (RENEZIKA).
8. Realização, em março de 2017, do 1º Workshop Internacional Asiático-Latino-Americano em Diagnóstico, Manejo Clínico e Vigilância de Dengue.
9. Após a realização da Reunião Internacional para Implementação de Alternativas para o Controle do *Aedes aegypti* no Brasil, em 17 e 18 de fevereiro de 2016, cinco projetos foram financiados pelo Ministério da Saúde, totalizando um investimento de aproximadamente R\$ 20 milhões:
 - Controle de *Aedes* spp. com estações disseminadoras de larvicida (Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz/AM);
 - Mapeamento de risco das áreas com transmissão endêmica (Fiocruz/RJ);
 - Monitoramento de resistência do vetor *Aedes aegypti* aos inseticidas (Fiocruz/RJ);
 - Projeto Eliminar a Dengue – Desafio Brasil (Wolbachia) – (Fiocruz/MG); e
 - Estratégias inovadoras para combate ao vetor em municípios – Avaliação da efetividade das novas alternativas de controle do vetor de dengue, chikungunya e Zika – (Sucen/SP).